

Termo de Referência 39/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2024	173039-MF-SUSEP-SUPERINT.DE SEGUROS PRIVADOS/RJ	ROBSON DE MATTOS	10/03/2025 14:05 (v 12.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	20/2024	15414.610629/2024-53

1. Definição do objeto

- 1.1. O presente Termo de Referência trata do **Registro de preços** para eventual aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado, novos e sem uso, conforme demanda, destinados ao **Arquivo Geral** e ao **Escritório Regional de Brasília da Superintendência de Seguros Privados (Susep)**.
- 1.2. Os equipamentos a serem adquiridos deverão, obrigatoriamente, atender às **especificações técnicas detalhadas no ANEXO I - Especificações Técnicas para Ar-Condicionado Split**, bem como às condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.3. A seguir, apresenta-se a relação dos itens a serem adquiridos, conforme condições e exigências deste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	QTD.
1	Aparelho de Ar-condicionado Split "High Wall" 30.000 BTUs	355745	20
2	Aparelho de Ar-condicionado Split "High Wall" 24.000 BTUs	355741	18
3	Aparelho de Ar-condicionado Split "High Wall" 18.000 BTUs	458191	7
4	Instalação de Aparelho de Ar-condicionado Split "High Wall", 30.000 BTUs, 24.000 BTUs e 18.000 BTUs, incluindo Montagem, Desmontagem e Remoção.	2020	45

- 1.4. Os bens e serviço objetos desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo de bem de luxo**, em conformidade com o disposto no [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#).
- 1.6. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preço** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado na forma do [Art. 84 da Lei 14.133/2021](#).

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 173039-20/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2024
- III) Id do item no PCA: 4120
- IV) Classe/Grupo: EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO
- V) Identificador da Futura Contratação: 173039/000020/2024

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1 Os bens deverão ser, preferencialmente constituídos de material biodegradável, conforme ABNT 15448-1 / 15448-2. E atender os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010;;

4.1.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2 Indicação de marcas ou modelos:

4.2.1 Termo de Referência não faz menção a marcas ou modelos específicos para os itens a serem contratados. A SUSEP optou por não adotar a indicação de marcas ou modelos no presente certame, considerando que as especificações técnicas do aparelhos pretendidos estão detalhadas no **ANEXO I** são suficientes para garantir a qualidade e a adequação dos equipamentos às necessidades da Autarquia, permitindo ampla concorrência e evitando limitações desnecessárias ao processo licitatório.

4.2.1.1 A alteração foi feita para garantir maior competitividade no processo licitatório, uma vez que a especificação técnica do equipamento é suficientemente detalhada para garantir o atendimento às necessidades da SUSEP, sem a necessidade de restringir a escolha a marcas ou modelos específicos.

4.3 Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1 A SUSEP optou por não especificar marcas ou produtos para garantir que a contratação atenda às especificações técnicas, sem restrições desnecessárias, permitindo maior flexibilidade e concorrência.

4.4 Da exigência de Catálogo

4.4.1 Após o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar o catálogo técnico do material ofertado. A data, local e horário para a entrega serão divulgados por mensagem no sistema eletrônico da licitação. A sessão será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

4.4.2 O licitante deverá apresentar, para todos os itens, catálogo técnico atualizado que demonstre claramente as características do material ofertado, incluindo marca, modelo, tipo, fabricante, procedência e demais informações pertinentes. A não apresentação do catálogo nos termos exigidos resultará na desclassificação da proposta.

4.4.3 Os catálogos detalhados, contendo as especificações técnicas, deverão ser enviados juntamente com a proposta de preços no sistema eletrônico da licitação. O fornecedor assume total responsabilidade pelo envio correto e pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, não sendo admitidas justificativas posteriores para atrasos na entrega.

4.4.3.1 A exigência de catálogos substitui a necessidade de apresentação de amostras físicas, garantindo que os produtos ofertados atendam às especificações técnicas detalhadas no **ANEXO I** deste Termo de Referência. A entrega do catálogo técnico é suficiente para validar as características dos produtos, assegurando maior praticidade e eficiência ao processo licitatório.

4.4.4 A prorrogação do prazo para apresentação do catálogo poderá ser concedida mediante solicitação formal do interessado, enviada por e-mail antes do término do prazo estipulado. O pedido deverá estar devidamente fundamentado.

4.4.5 O não envio do catálogo técnico dentro do prazo estipulado, o envio com atraso injustificado ou a apresentação de catálogo em desacordo com as especificações previstas resultarão na desclassificação da proposta do licitante.

4.4.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- I. Garantia mínima de **12 (doze) meses** para os bens e serviços contratados;
- II. Apresentação de Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA, comprovando que o fabricante do produto está inscrito no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

4.4.7 Os resultados das avaliações dos catálogos apresentados serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico da licitação.

4.4.8 Caso o(s) catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não seja(m) aceito(s), será analisada a proposta do segundo classificado. A avaliação seguirá essa ordem sucessivamente, até que seja identificado um catálogo que atenda integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.4.9 Os catálogos apresentados à Administração serão considerados documentos técnicos para análise no processo licitatório, podendo ser consultados pela equipe responsável. Após a conclusão do certame, permanecerão arquivados ou poderão ser descartados, sem necessidade de devolução aos fornecedores e sem direito a ressarcimento.

4.5 Da instalação do equipamento:

4.5.1. O fornecedor será responsável pela instalação do(s) item(ns) no(s) local(is) determinando(s) pela Susep indicados no item 5.3 deste instrumento, de acordo com as especificações correspondentes. Todos os custos relacionados deverão estar incluídos na proposta, não sendo permitida a cobrança de valores adicionais à Autarquia, conforme modelo apresentado no **ANEXO II**.

4.5.2 O serviço de instalação do equipamento deve contemplar a mão de obra e o fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários. Todos os materiais e acessórios utilizados na instalação devem ser **novos, de primeiro uso e devidamente compatíveis com os equipamentos fornecidos**.

4.5.3 A instalação deverá ser realizada por profissional ou empresa devidamente certificada, atendendo às normas técnicas e ambientais vigentes. Será exigida comprovação de qualificação técnica, incluindo certificações aplicáveis, tais como:

- Registro no **CREA** ou **CRQ**, quando aplicável;

- Certificações de segurança, como **NR-10** (trabalho com eletricidade) e **NR-35** (trabalho em altura);
- Treinamento específico para manipulação de fluidos refrigerantes, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.5.4. Além disso, a proposta deverá atender aos critérios de aceitabilidade descritos no subitem 4.4.6, bem como aos requisitos de sustentabilidade ambiental mencionados no item 4.1.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1. Não será exigida a garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, que trata exclusivamente da garantia mínima de 12 meses para os bens e serviços fornecidos. Essa exigência é dispensada, pois o pagamento será realizado somente após a entrega dos materiais e a prestação dos serviços à Contratante, o que dispensa a necessidade de garantia de execução.

4.8 - Proposta de Preços

4.8.1. A proposta de preços apresentada pelo fornecedor deverá conter todos os custos envolvidos na execução do objeto da presente aquisição, incluindo, mas não se limitando a: despesas com fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, materiais, mão de obra, custos administrativos, seguros e outros encargos incidentes sobre a execução do objeto, conforme as especificações descritas neste Termo de Referência.

4.8.2. Os preços cotados devem ser apresentados em moeda corrente nacional (R\$) e deverão refletir a totalidade das obrigações do fornecedor, sendo vedada a solicitação de valores adicionais a qualquer título, seja em razão de encargos fiscais, trabalhistas ou quaisquer outros custos decorrentes da execução do objeto, que deverão ser absorvidos pelo fornecedor.

4.8.3. Os valores deverão ser apresentados com no máximo duas casas decimais, de acordo com as convenções de mercado.

4.8.4. A validade da proposta de preços será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação, período durante o qual os preços propostos permanecerão inalterados e obrigatórios para o fornecedor, caso selecionado para registrar os preços na Ata de Registro de Preços.

4.8.5. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços terão validade para a execução dos itens relacionados no **ANEXO II - Proposta Comercial** deste Termo de Referência, conforme as condições e quantidades previstas, durante o período de sua vigência. O fornecedor estará comprometido a fornecer os bens e/ou serviços conforme os preços registrados, não sendo admitido qualquer acréscimo ou reajuste, salvo nos casos expressamente previstos em lei ou no edital.

4.8.6. O fornecedor deverá garantir que os preços apresentados são competitivos e condizem com o valor de mercado, assegurando que os mesmos estarão dentro dos limites de custos operacionais e financeiros necessários para a execução plena do objeto, conforme os requisitos do Termo de Referência e a Ata de Registro de Preços.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. Os bens serão adquiridos de forma parcelada, conforme a demanda da SUSEP e a disponibilidade orçamentária, o que pode resultar em variações na quantidade solicitada em cada Ordem de Fornecimento e Instalação. A entrega e instalação deverão ocorrer no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** a partir do envio da respectiva ordem, conforme detalhado abaixo:

- **Tabela 1 - Prazo de Entrega e Instalação**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO
			A entrega deverá ocorrer em até 20 dias, a

1	Aparelho de Ar-condicionado Split "High Wall" 30.000 BTUs	20	partir da emissão da Ordem de Fornecimento dos equipamentos
2	Aparelho de Ar-condicionado Split "High Wall" 24.000 BTUs	18	A entrega deverá ocorrer em até 20 dias, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento dos equipamentos
3	Aparelho de Ar-condicionado Split "High Wall" 18.000 BTUs	7	A entrega deverá ocorrer em até 20 dias, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento dos equipamentos
4	Instalação de Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall", 30.000 BTUs, 24.000 BTUs e 18.000 BTUs, incluindo Montagem, Desmontagem e Remoção	45	A instalação (colocação dos aparelhos) deverá ocorrer em até 20 dias, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para instalação dos equipamentos

5.2. Caso a entrega não possa ser realizada dentro do prazo estabelecido, a empresa deverá informar os motivos com, no mínimo, **10 (dez) dias de antecedência**, para que um eventual pedido de prorrogação possa ser analisado. Exceções serão consideradas apenas em casos de **força maior ou fortuito**.

5.3. Os bens deverão ser entregues e instalados nos seguintes endereços:

• **Tabela 2 - Distribuição por Localidade**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNIDADE	LOCALIDADE
1	Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall" 30.000 BTUs	7	ERSDF	Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K, 13º andar - Edifício Seguradora Brasília/DF
4	Instalação de Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall", 30.000 BTUs, 24.000 BTUs e 18.000 BTUs, incluindo Montagem, Desmontagem e Remoção	7	ERSDF	Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K, 13º andar - Edifício Seguradora Brasília/DF
1	Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall" 30.000 BTUs	13	ARQUIVO-GERAL	Avenida Franklin Roosevelt, 39 - 2º e 3º andar - Centro - Edifício Portugal - Rio de Janeiro/RJ
2	Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall" 24.000 BTUs	18	ARQUIVO-GERAL	Avenida Franklin Roosevelt, 39 - 2º e 3º andar - Centro - Edifício Portugal - Rio de Janeiro/RJ
3	Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall" 18.000 BTUs	7	ARQUIVO-GERAL	Avenida Franklin Roosevelt, 39 - 2º e 3º andar - Centro - Edifício Portugal - Rio de Janeiro/RJ
4	Instalação de Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall", 30.000 BTUs, 24.000 BTUs e 18.000 BTUs, incluindo Montagem, Desmontagem e Remoção	38	ARQUIVO-GERAL	Avenida Franklin Roosevelt, 39 - 2º e 3º andar - Centro - Edifício Portugal - Rio de Janeiro/RJ

• **Tabela 3 - Total Distribuído por Localidade**

Unidade	Localidade	Cep	Qtd de aparelhos
Arquivo Geral	Avenida Franklin Roosevelt, 39 - 2º e 3º andar - Centro - Edifício Portugal - Rio de Janeiro/RJ	20021-120	38
ERSDF	Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K, - 13º andar - Edifício Seguradora Brasília/DF	70354-110	7

5.3.1 Informações complementares sobre os endereços e os responsáveis pelo recebimento serão enviadas juntamente com a Nota de Empenho.

5.3.2 O frete, a carga e a descarga serão de responsabilidade da Contratada.

5.3.3 Os aparelhos de ar-condicionado deverão ser instalados nos respectivos endereços mencionado no item 5.3. O serviços deverá ser previamente agendado pelos seguintes meios de contato:

Unidade	Responsável	E-mail
Arquivo-Geral	Eduardo Panaro	eduardo.panaro@susep.gov.br ; codoc@susep.gov.br
ERSDF	Simon Holanda	simon.holanda@susep.gov.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **3 (três) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no **prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. No âmbito do ato de registro de preços, será designada pela Administração uma **Comissão de Recebimento de Material**, responsável por verificar, no ato da entrega, os materiais recebidos e os serviços prestados. A comissão terá a incumbência de realizar a verificação qualitativa e quantitativa dos materiais entregues.

6.1.1. Caberá à Comissão de Recebimento de Material indicar eventuais defeitos, ausência de conformidade com as especificações técnicas e/ou problemas decorrentes de mau uso durante o armazenamento ou transporte.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso estejam em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Nessa hipótese, a contratada deverá substituí-los no **prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;e
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** e julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico e utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos, conforme aplicável:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.30. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto contratação direta;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 268.374,83

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 268.374,83 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme custos unitários apostos no **Anexo III**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT /CATSER	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall" 30.000 BTUs	355745	20	R\$ 6.026,57	R\$ 120.531,40
2	Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall" 24.000 BTUs	355741	18	R\$ 4.299,46	R\$ 77.390,28
3	Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall" 18.000 BTUs	458191	7	R\$ 4.024,00	R\$ 28.168,00
4	Instalação de Aparelho de Ar-Condicionado Split "High Wall", 30.000 BTUs, 24.000 BTUs e 18.000 BTUs, incluindo Montagem, Desmontagem e Remoção.	2020	45	R\$ 939,67	R\$ 42.285,15

9.2 Os valores apresentados na tabela são estimativos e poderão sofrer variações conforme os resultados da licitação e a legislação vigente.

10. Adequação orçamentária

10.1. Para o presente caso, a Susep realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de serviços por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme disposto no [art. 3º, incisos I e V, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#).

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: SEI 2043319

JOAO LUIS NASCIMENTO VIEIRA

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - Especificacoes Tecnicas para Ar-Condicionado Split.xlsx (29.35 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Proposta Comercial Fornecimento e Instalacao de Ar-Condicionado.xlsx (20.84 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Pesquisa de Preco - Ar-condicionado1 (Atualizado).xlsx (30.8 KB)